

True Securitizadora S.A

Demonstrações contábeis do exercício
findo em 31 de dezembro de 2021,
acompanhadas do relatório do auditor independente

Março de 2022

TRUE SECURITIZADORA S.A

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente

Conteúdo

	Página
Relatório dos auditores independentes	2
Relatório da Administração	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações contábeis	17

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

TRUE SECURITIZADORA S.A

São Paulo – SP

Opinião



Examinamos as demonstrações contábeis da TRUE SECURITIZADORA S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRUE SECURITIZADORA S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião



Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de prestações de serviços - Conforme nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis.	
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.
A receita da Companhia decorre da administração dos patrimônios separados, “Fees” de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA’s). Nesse contexto, esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, dado complexidade da estrutura das operações e validação dos documentos.	<p>Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil das receitas; (ii) análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; (iii) verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; (iv) revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos



1. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

2. Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 16 de março de 2021, sem modificação de opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores



A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis



A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 18 de março de 2022.



BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo García Giroldo

CRC 1SP222658/O-9



TRUE SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF 12.130.744/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Cenário Atual

É uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP. Suas acionistas são a True One Participações S.A. e a Cadencia Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e securitização de direitos creditórios do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e imobiliários, bem como em direitos creditórios do agronegócio; (ii) a aquisição de créditos imobiliários, direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários; (iii) a emissão, colocação e distribuição no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI’s”) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA’s”), podendo realizar a emissão e colocação de outros títulos e/ou valores mobiliários; (iv) a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, especialmente à securitização de tais créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei nº. 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei nº. 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e outras disposições legais aplicáveis; (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio.

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a empresa BLB Auditores Independentes foi contratada para auditar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e revisões das informações trimestrais da True Securitizadora S.A. e não prestou outros serviços que não o de auditoria externa.

As demonstrações de cada patrimônio separado da Securitizadora são apresentadas de forma individualizadas, auditadas e entregues à CVM.

Comentário do Desempenho

Apesar dos efeitos da pandemia e da instabilidade econômica ocorrida durante o exercício de 2021, a Companhia concluiu o exercício com lucro líquido de R\$ 5.334 mil.

A Companhia realizou oitenta e nove novas séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários no montante de R\$ 8.699.991 mil e emitiu uma nova série de Certificado de Recebível do Agronegócio no montante de R\$ 480.000 mil.





Apresentamos para apreciação de V.Sas, as informações financeiras desta Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com os dados comparativos de exercício social anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 18 de março de 2022

A Administração

True Securitizadora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.977	2.171
Contas a receber	5	191	161
Tributos a recuperar	6	1.874	473
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	7	429	96
Outros ativos		4	37
Despesa antecipada		70	0
Total do ativo circulante		<u>4.545</u>	<u>2.938</u>
Ativo não circulante			
Direitos de uso sobre imóvel locado	8	381	170
Imobilizado	9	425	464
Intangível	10	5	9
Total do ativo não circulante		<u>811</u>	<u>643</u>
Total do ativo		<u><u>5.356</u></u>	<u><u>3.581</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		109	36
Obrigações sociais e trabalhistas	11	829	719
Obrigações fiscais	12	554	770
Contas a pagar de operações fiduciárias	13	385	328
Obrigações do contrato de locação	14	194	170
Total do passivo circulante		<u>2.071</u>	<u>2.023</u>
Passivo não circulante			
Obrigações do contrato de locação	14	187	-
Total do passivo não circulante		<u>187</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	400	400
Reserva legal	17.2	80	80
Reserva de lucros		2.618	1.078
Total do patrimônio líquido		<u>3.098</u>	<u>1.558</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>5.356</u>	<u>3.581</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	18	12.454	16.914
Custo dos serviços prestados	19	(256)	(4.545)
Lucro bruto		<u>12.198</u>	<u>12.369</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	20	(7.400)	(6.710)
Despesas de comercialização	20	(53)	(78)
Despesas tributárias	20	(104)	(23)
Outras receitas	20	3.268	2.075
Total (despesas) receitas operacionais		<u>(4.289)</u>	<u>(4.736)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>7.909</u>	<u>7.633</u>
Resultado financeiro	21	65	73
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>7.974</u>	<u>7.706</u>
Imposto de renda e contribuição social-corrente	22	(2.640)	(2.550)
Resultado do período		<u>5.334</u>	<u>5.156</u>
Quantidade de ações	23	400.000	400.000
Resultado básico por ação -R\$	23	<u>13,34</u>	<u>12,89</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	<u>Reservas de lucros</u>			Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		400	80	1.860	-	2.340
Resultado do exercício		-	-	-	5.156	5.156
Dividendos distribuídos	17.3	-	-	(1.860)	(4.078)	(5.938)
Transferência para reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	17.3	-	-	1.078	(1.078)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		400	80	1.078	-	1.558
Resultado do exercício		-	-	-	5.334	5.334
Dividendos distribuídos	17.3	-	-	(1.078)	(2.716)	(3.794)
Transferência para reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral				2.618	(2.618)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		400	80	2.618	-	3.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucro líquido do período	5.334	5.156
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>5.334</u>	<u>5.156</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		7.974	7.706
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação / amortização	9 e 10	136	83
Baixa de imobilizado	9 e 10	-	22
Despesa com juros	21	23	13
Amortização (direito de uso de imóvel alocado)	8	185	177
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(30)	21
Tributos a recuperar		(1.401)	1.101
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias		(333)	(3)
Outros ativos		33	(37)
Despesa antecipada		(70)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		73	(242)
Obrigações sociais e trabalhistas		110	(219)
Obrigações fiscais		(2.856)	(2.383)
Contas a pagar de operações fiduciárias		57	(183)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.901</u>	<u>6.056</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	9 e 10	(93)	(342)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(93)</u>	<u>(342)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	17.3	(3.794)	(5.938)
Pagamentos do passivo de arrendamento	14	(208)	(190)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(4.002)</u>	<u>(6.128)</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(194)</u>	<u>(414)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2.171	2.585
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.977	2.171
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(194)</u>	<u>(414)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>
Receitas	17.056	20.381
Receita de serviços e outras receitas	13.788	18.306
Outras Receitas	3.268	2.075
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(256)	(4.545)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.640)	(2.083)
Valor adicionado bruto	----- 15.160	----- 13.753
Depreciação, amortização e exaustão	(321)	(260)
Valor adicionado líquido produzido	----- 14.839	----- 13.493
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	88	86
Valor adicionado a distribuir	----- <u>14.927</u>	----- <u>13.579</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	5.336	4.366
Impostos, taxas e contribuições	4.078	3.965
Alugueis	179	92
Dividendos	2.716	4.078
Lucro retido	2.618	1.078
Valor adicionado distribuído	----- <u>14.927</u>	----- <u>13.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A True Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP. Suas acionistas são a True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: **(i)** securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e securitização de direitos creditórios do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e imobiliários, bem como em direitos creditórios do agronegócio; **(ii)** a aquisição de créditos imobiliários, direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários; **(iii)** a emissão, colocação e distribuição no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), podendo realizar a emissão e colocação de outros títulos e/ou valores mobiliários; **(iv)** a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, especialmente à securitização de tais créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e outras disposições legais aplicáveis;

1.1. Coronavírus (Covid-19) – contexto geral

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, considerando o estágio atual do Covid-19, a Companhia informa que, até o presente momento não houve quaisquer impactos nas demonstrações contábeis.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 18 de março de 2022.

2.2. Bases de apresentação

2.2.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais.

Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda estrangeira

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações em moeda estrangeira.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não superando o valor de mercado.

3.3. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica “Direitos de uso sobre imóvel locado” e passivos de arrendamento na rubrica “Obrigações do contrato de locação” no balanço patrimonial.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que este método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e são subsequentemente mensurados ao custo menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada. O valor amortizável do ativo com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessárias para que este possa funcionar como pretende a Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil. A Administração apurou que o ativo intangível não está registrado por montante superior ao valor provável de recuperação, fato pelo qual não houve necessidade de efetuar ajustes.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações contábeis, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas divulgadas em notas explicativas.

3.8. Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia é composta pelos *fees* de emissão, distribuição, coordenador líder, deságios e administração dos patrimônio separados das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

3.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é contabilizada pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.10. Lucro por ação

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.11. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

3.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.13. Novas normas, alterações e interpretações

Novos procedimentos contábeis adotados:

Foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia:

- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	175	215
CDB (a)	1.802	1.956
Total	1.977	2.171

(a) As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, pós-fixadas, indexadas a uma média de 98% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), em operações chamadas Certificados de Depósitos Bancários (CDIs) na qual o banco vende títulos de sua emissão e se compromete a dar liquidez diária, a qualquer momento, fazendo com que o seu valor contábil seja equivalente ao de mercado.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber é R\$ 191 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se a prestações de serviços de gestão e de estruturação. Não há provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa constituída face à ausência de histórico de perdas de faturas emitidas relativas a esses tipos de serviços.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos retidos em prestações de serviços	35	34
Antecipações e pagamentos de imposto de renda e de contribuição social do próprio exercício	1.377	328
Saldo credor de impostos recolhidos em exercícios anteriores	462	111
Total	1.874	473

7. Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	429	96
Total	429	96

Despesas reembolsáveis referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Direitos de uso sobre imóvel locado

Em cumprimento ao CPC-06 (R2), a Companhia registrou o direito de uso de imóvel, com base no contrato de locação de seu escritório, cujo vencimento é previsto para 30 de novembro de 2023.

A metodologia para o registro do valor justo do referido direito levou em consideração a taxa média de mercado para a remuneração de locação para imóveis similares, e aplicou sobre o fluxo de caixa previsto para pagamento das parcelas de locação.

Partindo do valor justo, passou a registrar a referida taxa calculada sobre o valor justo inicial como juros contabilizados como despesa financeira, e a diferença como amortização dos aluguéis.

Em face da adoção do referido normativo, não houve impacto relevante sobre a demonstração de resultados da Companhia.

A movimentação do direito de uso sobre imóvel locado para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Descrição	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
Direitos de uso sobre imóvel locado	170	396	(185)	381
Total	170	396	(185)	381

9. Imobilizado

Descrição	% - Taxa de depreciação	31/12/2021 Imobilizado líquido	31/12/2020 Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20%	174	132
Instalações e benfeitorias	25%	179	248
Móveis e utensílios	10%	72	84
Total		425	464

A movimentação do imobilizado para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos de informática	132	93	-	(51)	174
Instalações e benfeitorias	248	-	-	(69)	179
Móveis e utensílios	84	-	-	(12)	72
Total	464	93	-	(132)	425

10. Intangível

Descrição	% - Taxa de amortização	31/12/2021 Intangível líquido	31/12/2020 Intangível Líquido
Sistemas para processamento de dados	20%	5	9
Total		5	9

A movimentação do intangível para as informações contábeis de 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2021
Sistemas para processamento de dados	9	-	-	(4)	5
Total	9	-	-	(4)	5

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmio	400	370
Provisão de férias	262	233
INSS e FGTS	115	83
Outros (*)	52	33
Total	829	719

(*) A rubrica outros é composta pelo saldo a pagar de imposto de renda incidente sobre os salários.



12. Obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre o lucro	417	380
Impostos e contribuições a recolher	137	390
Total	554	770

13. Contas a pagar de operações fiduciárias

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar de operações fiduciárias	385	328
Total	385	328

São obrigações a pagar relacionados com as operações fiduciárias dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidas pela Companhia.

14. Obrigações do contrato de locação

Descrição	31/12/2020	Adição	Juros	Pagamentos	31/12/2021
Obrigações do contrato de locação	170	396	23	(208)	381
Total	170	396	23	(208)	381

Passivo circulante	170	194
Passivo não circulante	-	187
Total	170	381

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, não existem passivos contingentes que possam estar relacionados a processos de naturezas civil, fiscal ou trabalhista, classificados como perda provável.

Passivo contingente não provisionado:

A Companhia é parte em ação judicial em processo de natureza tributária em tramitação, decorrente do curso normal de suas operações e, considerando a opinião dos Assessores Legais e a avaliação da Administração, o processo relacionado a seguir possui expectativa de perda avaliada como possível devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

a. Processo administrativo municipal:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um processo administrativo municipal (São Paulo), decorrente de auto de infração recebido pela companhia em 01 de setembro de 2021, no montante atualizado de R\$ 820 classificado como perda possível. O objeto do processo é a cobrança de ISS e de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias.

16. Partes relacionadas

No decorrer do exercício de 2020, a Companhia realizou mútuo com a Cadência Participações no montante de R\$ 28 registrado na rubrica de “Outros Ativos” e contratou a True One Participações S.A. para realizar as estruturas das suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Durante o exercício de 2021, o saldo do mútuo com a Cadência Participações foi liquidado.

17. Remuneração dos administradores

A remuneração total paga aos diretores da Companhia considerando os encargos sociais foi de R\$ 1.294 para o exercício de 2021 (R\$ 811 para o exercício de 2020).

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 400, dividido em 400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18.2. Reserva legal

A reserva legal da Companhia tem saldo de R\$ 80 e está no limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 em que a reserva não pode exceder 20% do capital social.

18.3. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em março de 2021, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 1.078 referente ao lucro do exercício de 2020, registrados sobre a rubrica de reserva de lucros.

Em junho de 2021, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 741; e em agosto de 2021 distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 1.375 referente ao resultado de 2021.

Em novembro de 2021, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 600 referente ao resultado de 2021.

19. Receita Líquida

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Fee de estruturação/Deságio</i>	923	7.718
<i>Fee de Distribuição</i>	1.955	1.901
<i>Coordenador Líder</i>	947	767
<i>Administração dos patrimônios separados</i>	9.963	7.920
<i>(-) Tributos</i>	(1.334)	(1.392)
Receita líquida	12.454	16.914

20. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custos relacionados às operações	(195)	(4.482)
Sistemas	(58)	(57)
Tarifa Bancária	(3)	(6)
Total	(256)	(4.545)

21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(4.393)	(3.473)
Despesas com encargos trabalhistas	(943)	(893)
Despesas com serviços de terceiros	(1.531)	(1.653)
Despesas com anúncios, patrocínios e publicações	(53)	(78)
Despesas com informática e telecomunicações	(139)	(224)
Despesas com impostos	(104)	(23)
Amortização de direitos de uso de imóvel	(185)	(177)
Despesas de depreciação e amortização	(136)	(112)
Outras despesas administrativas	(73)	(178)
Outras receitas e despesas (i)	3.268	2.075
Total	(4.289)	(4.736)

Classificadas como	31/12/2021	31/12/2020
Despesas administrativas	(7.400)	(6.710)
Despesas de comercialização	(53)	(78)
Despesas tributárias	(104)	(23)
Outras receitas	3.268	2.075
Total	(4.289)	(4.736)

(i) Refere-se ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

22. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicação financeira	71	15
Variação monetária	17	71
Juros das obrigações do contrato de locação	(23)	(13)
Total	65	73

23. Imposto de renda e contribuição social

- a) Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ - corrente	(1.922)	(1.857)
CSLL - corrente	(718)	(693)
Total corrente	(2.640)	(2.550)

Reconciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício antes dos impostos	7.974	7.706
Exclusões	-	-
Adições	3	-
Base de cálculo para IRPJ	7.977	7.706
Alíquota de 15%	(1.197)	(1.156)
Base de cálculo alíquota adicional	7.737	7.466
Alíquota adicional 10%	(774)	(747)
Total do IRPJ	(1.970)	(1.903)
Utilização de incentivos fiscais	48	46
IRPJ líquido	(1.922)	(1.857)
Base de cálculo para CSLL	7.977	7.706
Alíquota 9%	(718)	(693)
Total de IRPJ e CSLL	(2.640)	(2.550)

24. Lucro por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	5.334	5.156
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	400.000	400.000
Lucro por ação - em reais	13,34	12,89

25. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

25.1. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras CDB DI e CDB Plus que são títulos de renda fixa emitidos por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e recompra garantida na taxa pactuada na aplicação, os saldos das aplicações financeiras refletem o seu valor justo nas datas de avaliação.



25.2. Gestão de risco

A Companhia possui área de Compliance que monitora as atividades operacionais mediante monitoramentos diários das operações ativas das áreas financeiras e jurídicas; analisa as partes das novas operações, fazendo diligência em sistemas reputacionais e realiza junto com os responsáveis de todas as áreas um Comitê de Operações em que as estruturas das novas operações são apresentadas bem como os riscos.

25.3. Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital e as receitas advindas das suas emissões com controle orçamentário com a finalidade de honrar seus compromissos financeiros e garantir a continuidade das suas atividades.

25.4. Gestão de risco de mercado

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

25.5. Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez, utilizando capital próprio ou pelo reinvestimento dos resultados obtidos pela própria Companhia.

25.6. Risco de crédito

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes de crédito.

25.7. Riscos operacionais

São riscos relacionados à possibilidade de ocorrência na perda não prevista de uso inadequado de sistemas, controles, erros humanos, falhas nas estruturas das operações, variações no mercado ou outras situações. Com a finalidade de mitigar os erros citados acima, a Companhia busca planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades executadas por seus colaboradores e prepostos e possui área de Compliance que desenvolveu normas e procedimentos com manuais dos processos operacionais.

O ganho da Companhia provém basicamente da securitização de recebíveis, que necessita de uma equipe especializada, para organização, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico de nossos produtos e os riscos operacionais também podem estar relacionados com a perda de membros da equipe operacional da Companhia e/ou à sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. A Companhia desenvolveu um conjunto de normas relacionadas às Políticas de Recursos Humanos e de Benefícios de modo a garantir a manutenção na Companhia de profissionais qualificados.

Adicionalmente, a Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados especializados no segmento de securitização para execução de diversas atividades tendo como a finalidade de atender ao seu objeto social e avalia os riscos relacionados a seus fornecedores de serviços com base em histórico profissional e relacionamento com mercado, além de pesquisar referências e restrições, além de sempre tentar diversificar a contratação de seus fornecedores igualmente reconhecidos no mercado de modo a reduzir a dependência em relação aos prestadores de serviço em caso de falência dos mesmos e ou alteração relevante da tabela de preços, mas, caso a Companhia não consiga implementar sua estratégia de diversificação dos prestadores de serviço, a Companhia poderá ficar dependente de determinados fornecedores específicos, o que pode afetar os seus resultados.

25.08. Análise de sensibilidade

A Companhia não apresentou análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

26. Transações que não afetam o caixa

As seguintes transações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não afetaram o caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Contabilização inicial CPC 06 (R2) (*)	381	170
Total	381	170

(*) Refere-se à contabilização referente ao CPC 06. A Companhia registrou o direito de uso de imóvel, com base no contrato de locação de seu escritório, cujo vencimento é previsto para 30/11/2023. O valor descrito está líquido dos pagamentos.

27. Benefícios a Empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são compostos, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por prêmios avaliados mediante avaliações individuais de performance, por planos de assistência médica, de seguro de vida em grupo e de prestação de serviços de alimentação integrante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

28. Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2022 foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 400 referente lucro líquido de 2021.

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Maximiliano Marques Rodrigues, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.292.380-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.788.128-40, na qualidade de Diretor de Distribuição da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Rodrigo Henrique Botani, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.522.998-6/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 224.171.888-21, na qualidade de Diretor da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Rodrigo Vinicius dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.018.142- 1/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 320.119.888-96, na qualidade de Diretor da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Andressa Braz de Souza Spinelli, brasileira, casada, formada em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.346.493-5/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 355.247.558-38, na qualidade de Diretora de Compliance da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Karine Simone Bincoletto, brasileira, solteira, formada em ciências econômicas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.317.575-X, inscrito no CPF/MF sob o nº. 350.460.308-96, na qualidade de Diretora da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Maximiliano Marques Rodrigues, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.292.380-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.788.128-40, na qualidade de Diretor de Distribuição da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Rodrigo Henrique Botani, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.522.998-6/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 224.171.888-21, na qualidade de Diretor da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Rodrigo Vinicius dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.018.142-1/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 320.119.888-96, na qualidade de Diretor da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Andressa Braz de Souza Spinelli, brasileira, casada, formada em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.346.493-5/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 355.247.558-38, na qualidade de Diretora de Compliance da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Eu, Karine Simone Bincoletto, brasileira, solteira, formada em ciências econômicas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.317.575-X, inscrito no CPF/MF sob o nº. 350.460.308-96, na qualidade de Diretora da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.